



**VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VII SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
VI CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Eixo temático: Política social, seguridade social e proteção social

Educação básica no Paraná: uma análise a partir de indicadores educacionais

Daiane Aguilar ¹

Resumo: O presente artigo analisa indicadores educacionais da educação básica no estado do Paraná, com ênfase no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e na distorção idade-série, buscando compreender como tais indicadores expressam as desigualdades educacionais na escola pública. A partir de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), discute-se a relação entre educação e questão social na sociedade capitalista, evidenciando os limites da política educacional frente às desigualdades estruturais e destacando as contribuições do Serviço Social no enfrentamento das expressões da questão social no campo educacional.

Palavras-chave: Educação básica; Indicadores educacionais; Desigualdade social; Serviço Social.

Abstract: This article analyzes educational indicators of basic education in the state of Paraná, focusing on the Basic Education Development Index (IDEB) and age–grade distortion, in order to understand how these indicators express educational inequalities within public schools. Based on data from the National Institute for Educational Studies and Research Anísio Teixeira (INEP), the study discusses the relationship between education and the social question in capitalist society, highlighting the limits of educational policy in addressing structural inequalities and emphasizing the contributions of Social Work in confronting the expressions of the social question in the educational field.

Keywords: Basic education; Educational indicators; Social inequality; Social Work.

¹ Assistente Social do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Tamarana, mestranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL), e-mail: daianetais.aguilar@gmail.com



1. INTRODUÇÃO

A educação básica pública brasileira tem sido historicamente atravessada por profundas desigualdades sociais que afetam diretamente o acesso, a permanência e o percurso escolar. Embora o direito à educação esteja formalmente assegurado como direito social universal, sua efetivação ocorre de maneira desigual, refletindo as contradições estruturais da sociedade capitalista. Nesse contexto, os indicadores educacionais constituem importantes instrumentos para a apreensão dessas desigualdades, visto que expressam, de forma mediada, as condições sociais que atravessam o processo educativo.

O interesse pelo presente estudo surgiu a partir das discussões desenvolvidas no âmbito da disciplina Indicadores Sociais, bem como da interlocução com o projeto de pesquisa do mestrado, intitulado: *A inserção do Serviço Social na educação básica estadual do Paraná: uma reflexão a partir da experiência do projeto de atuação multiprofissional em formação continuada interdisciplinar e multiprofissional na educação*. Essa articulação evidenciou a centralidade dos indicadores educacionais para a análise das expressões da questão social na educação, especialmente no que se refere às desigualdades que marcam as trajetórias escolares dos estudantes da rede estadual.

Diante disso, o presente artigo tem como objetivo analisar os indicadores educacionais da educação básica no estado do Paraná, a partir de uma leitura crítica e não meramente técnica, com ênfase no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e na distorção idade-série, buscando entender como esses indicadores expressam as desigualdades educacionais e suas relações com as expressões da questão social. Ademais, apresenta as contribuições do Serviço Social no campo educacional, a partir da leitura crítica desses indicadores, reafirmando o compromisso profissional com a defesa dos direitos sociais e com a construção de uma educação pública de qualidade.

2. EDUCAÇÃO, DESIGUALDADE E QUESTÃO SOCIAL

A educação básica, enquanto política social, ocupa lugar central no debate sobre a desigualdade social. Embora seja reconhecida juridicamente como direito social universal, sua materialização ocorre sob condições profundamente desiguais, refletindo as contradições estruturais do sistema capitalista. A ampliação do acesso à escola representa um avanço histórico, porém não garante, por si só, condições iguais de permanência e de progressão escolar, especialmente para a classe trabalhadora.

Para compreender tais contradições, faz-se necessário situar a educação no interior da totalidade social. Conforme as contribuições de Lukács (2013), a educação constitui uma mediação da reprodução da vida social, integrando os processos pelos quais os seres humanos produzem e reproduzem a sociedade. Dessa forma, a educação não se apresenta como esfera neutra ou isolada, mas como uma prática social historicamente determinada, atravessada pelas relações sociais próprias do modo de produção capitalista.



Segundo Oliveira (2024), a educação integra o conjunto das práxis sociais que expressam a peculiaridade do ser social, tendo sua gênese no trabalho. À medida que a vida social se complexifica, torna-se necessária a transmissão socialmente mediada de conhecimentos, valores e formas de agir, processo que se materializa por meio da educação. Essa compreensão permite apreender a educação para além de sua dimensão restrita, reconhecendo-a como parte constitutiva da vida social em constante movimento.

Nesse sentido, a desigualdade educacional não pode ser compreendida como resultado de esforços individuais ou de méritos pessoais, mas como expressão da questão social, inscrita historicamente no desenvolvimento da sociedade capitalista. A questão social, conforme formulam Iamamoto e Carvalho, está relacionada ao próprio processo de constituição da classe trabalhadora e às contradições inerentes à sociabilidade capitalista:

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. (IAMAMOTO; CARVALHO, 1998. p. 77)

Assim, ainda que o direito à educação esteja formalmente assegurado, as condições concretas de vida dos sujeitos interferem diretamente nas possibilidades reais de sua efetivação, evidenciando que a emancipação política não se traduz automaticamente em emancipação humana e o acesso desigual aos bens socialmente produzidos tende a se reproduzir e se expressar no interior das escolas públicas.

Conforme Lukács (2013), a reprodução da vida social no capitalismo tende a reafirmar e atualizar as desigualdades sociais, uma vez que o acesso aos recursos materiais e simbólicos ocorre de forma estruturalmente desigual. Nesse contexto, a escola configura-se como uma mediação social contraditória: ao mesmo tempo em que pode ampliar o acesso ao conhecimento sistematizado, também participa da reprodução das desigualdades historicamente constituídas, ao refletir as condições objetivas de vida dos estudantes.

Na educação básica, as desigualdades sociais manifestam-se de maneira concreta no cotidiano escolar, impactando as condições de permanência e de desempenho dos estudantes, a exemplo situações como a precarização das condições de vida das famílias, a instabilidade no trabalho e a fragilidade das redes de proteção social interferem diretamente nas trajetórias escolares, evidenciando que os processos educativos não podem ser compreendidos de forma isolada da realidade social. Nessa direção, Oliveira (2024) aponta que tais determinações revelam os limites de uma concepção de educação restrita à educação escolarizada, descolada das condições sociais concretas que conformam a vida dos sujeitos.

As desigualdades educacionais, portanto, não se manifestam de forma isolada, mas se expressam por meio de indicadores como reprovação, evasão, distorção idade-série e desempenho desigual. Esses indicadores constituem expressões objetivas das desigualdades sociais que atravessam o processo educativo e afetam as trajetórias escolares dos estudantes da educação básica.

Dessa forma, compreender a relação entre educação, desigualdade e questão social constitui fundamento central para a análise dos indicadores educacionais. Tais indicadores não



devem ser interpretados como meros dados técnicos ou estatísticos, mas como expressões mediadas das condições sociais que atravessam a educação básica, o que possibilita avançar para a análise empírica dos indicadores educacionais no estado do Paraná.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente artigo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, de abordagem documental e analítica, orientada por uma perspectiva teórico-crítica. Parte-se da compreensão de que os indicadores educacionais não constituem dados neutros ou meramente técnicos, mas expressões historicamente situadas das determinações sociais que atravessam o campo educacional, devendo ser analisados à luz das relações sociais mais amplas que constitui a realidade educacional.

Os dados analisados foram obtidos a partir de bases públicas disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), com destaque para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e o indicador de distorção idade-série. A escolha desses indicadores decorre de sua centralidade no monitoramento da educação básica e de sua recorrente utilização como parâmetros de avaliação do desempenho escolar, ainda que não consigam apreender a totalidade das determinações que incidem sobre as trajetórias educacionais dos estudantes.

O recorte espacial da pesquisa corresponde ao estado do Paraná, assim como o objeto do projeto de pesquisa de mestrado ao qual este artigo se vincula. O recorte temporal refere-se ao ano de 2021, considerando a disponibilidade de dados consolidados e o contexto da pandemia da COVID-19, período marcado pelo aprofundamento das desigualdades sociais, conforme análise de Oliveira (2024), que situa a COVID-19 como um momento de acirramento das contradições sociais e políticas que afetou diretamente a educação pública de modo mais amplo.

A análise dos indicadores foi realizada de forma descritiva e interpretativa, articulando os dados empíricos à fundamentação teórica adotada no estudo. Nessa perspectiva, os indicadores educacionais são compreendidos como mediações da reprodução da vida social, conforme as contribuições de Lukács (2013), não podendo ser interpretados como explicações suficientes da realidade educacional, mas como expressões parciais das condições sociais durante o percurso educacional.

Reconhece-se que os indicadores educacionais apresentam limites analíticos importantes, uma vez que não captam diretamente as condições de vida dos estudantes nem as múltiplas expressões da questão social que atravessam o cotidiano escolar. Contudo, tais indicadores constituem subsídios relevantes para a compreensão das desigualdades educacionais e para a reflexão sobre os limites estruturais da política educacional no interior da sociedade capitalista.

4. INDICADORES EDUCACIONAIS NO ESTADO DO PARANÁ



Para realizar a análise dos indicadores selecionados deste trabalho, primeiramente cabe problematizar o próprio uso dos indicadores de desempenho escolar, considerando seus limites enquanto instrumentos supostamente neutros de avaliação da qualidade da educação.

Ainda que não partam de uma ontologia marxista, as contribuições de Bourdieu e Passeron (2008) são fundamentais para a compreensão das mediações simbólicas que operam na reprodução das desigualdades no interior da escola. Para os autores, o mérito escolar está profundamente condicionado por relações de poder e por uma lógica simbólica que favorece estudantes cujos *habitus* e repertórios culturais se encontram em consonância com as normas legitimadas pelo sistema escolar, ou seja, os modos de linguagem, os repertórios culturais e as práticas sociais desses grupos são reconhecidos e valorizados no campo educacional dominante, apresentando-se como critérios supostamente neutros de avaliação, que ocultam as determinações sociais de origem.

Desse modo, conforme os autores, a escola atua como um filtro da desigualdade social, ao selecionar e hierarquizar os estudantes a partir de parâmetros que ocultam as bases sociais de origem. Nessa perspectiva, a educação não questiona as desigualdades estruturais produzidas pelo próprio modo de acumulação capitalista, mas as reproduz sob a forma de méritos individuais, uma vez que o capital cultural previamente acumulado pelos grupos dominantes é convertido em credenciais escolares e, posteriormente, em vantagens no acesso a posições de prestígio social e econômico.

Esse processo legitima as desigualdades sociais e transforma a exclusão estrutural em fracasso individual, por isso, os indicadores como o IDEB precisam ser compreendidos de forma crítica, porque expressam a ideia de mérito, mas não mostram as desigualdades ocultas por trás dos resultados. Partindo dessa compreensão, permite-se analisar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) não apenas como dado técnico, mas como expressão mediada das desigualdades sociais que atravessam a educação básica no estado do Paraná.

Para este artigo, foi utilizado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e a distorção idade-série. A escolha desses indicadores se justifica por sua capacidade de evidenciar, ainda que de forma parcial, as desigualdades educacionais presentes no território paranaense, especialmente no que se refere às diferenças de desempenho e às trajetórias escolares marcadas por reprovação e defasagem. A análise será desenvolvida a partir de dados oficiais disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), considerando o recorte estadual do Paraná.

4.1 IDEB na educação básica paranaense

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) constitui um dos principais instrumentos de avaliação da educação básica no Brasil, ao articular dado de desempenho dos estudantes em avaliações padronizadas e informações relativas ao fluxo escolar. Os dados são produzidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, o IDEB



tem sido amplamente utilizado como referência para o monitoramento da qualidade da educação básica e para a definição de metas no âmbito das políticas educacionais. No entanto, a utilização desse indicador exige uma leitura interpretativa e crítica, uma vez que ele expressa apenas parcialmente a complexidade do processo educativo e das condições sociais que o atravessam.

Segundo Freitas (2014), a análise crítica do IDEB evidencia limites importantes desse indicador enquanto instrumento de avaliação da qualidade educacional, pois as avaliações em larga escala, quando utilizadas de forma isolada e central na formulação das políticas educacionais, tendem a produzir leituras reducionistas da realidade educacional, ao reprimir a complexidade do processo educativo em um único índice numérico. Além disso, contribui para o fortalecimento de mecanismos de responsabilização das escolas e dos profissionais da educação, ao atribuir os resultados obtidos predominantemente às dinâmicas internas das instituições, desconsiderando os condicionantes sociais, econômicos e territoriais que atravessam o processo educativo e impactam diretamente o desempenho dos estudantes.

No estado do Paraná, os dados do IDEB evidenciam diferenças significativas entre as etapas da educação básica, as séries históricas divulgadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP 2021), indicam que os anos iniciais do ensino fundamental apresentam, de modo geral, resultados superiores quando comparados aos anos finais e, sobretudo, ao ensino médio. Essa tendência revela que o avanço no percurso escolar não ocorre de forma homogênea, apontando para o acirramento das diferenças educacionais à medida que os estudantes progridem nas etapas de ensino, especialmente em contextos marcados por desigualdades sociais persistentes.

Segundo o autor, a leitura desses dados permite identificar que os resultados educacionais não se distribuem de forma equitativa entre as etapas da educação básica, o que indica que a escola, isoladamente, não consegue neutralizar os efeitos das desigualdades sociais sobre o desempenho escolar, pois as desigualdades tendem a se aprofundar ao longo da trajetória educacional, de maneira mais severa sobre os estudantes que frequentam as etapas finais da educação básica, especialmente o ensino médio.

No caso do ensino médio paranaense, os dados do IDEB evidenciam de forma mais contundente os limites de uma política educacional orientada predominantemente por resultados. Trata-se de uma etapa marcada por maiores índices de reprovação, evasão e abandono escolar, fenômenos diretamente relacionados às condições objetivas de vida dos estudantes. A permanência na escola passa a disputar espaço com a necessidade de geração de renda, revelando a insuficiência de estratégias educacionais que não consideram as determinações sociais mais amplas dos estudantes.

Portanto, a análise do IDEB na educação básica paranaense reforça a necessidade de compreender os indicadores educacionais para além de sua dimensão técnica e normativa. Mesmo que sejam importantes para monitorar resultados e orientar políticas educacionais, é de suma importância serem interpretados de maneira crítica, situando-os no interior das



contradições da sociedade capitalista e das desigualdades estruturais que atravessam a educação básica.

Nesse sentido, a Tabela 1 apresenta os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) no estado do Paraná, por etapa da educação básica, referentes ao ano de 2021, permitindo visualizar as diferenças de desempenho ao longo do percurso escolar.

Tabela 1 – IDEB da educação básica no estado do Paraná, por etapa de ensino (2021)

Etapa da educação Básica	IDEB
Anos iniciais do Ensino Fundamental	7,1
Anos finais do Ensino Fundamental	5,2
Ensino Médio	4,6

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2021).

Como podemos observar na Tabela 1, os resultados do IDEB, sendo um indicador sintético, se expressa em escala de 0 a 10, articula desempenho dos estudantes e fluxo escolar, da qual podemos observar que não se distribuem de forma homogênea ao longo das etapas da educação básica na rede estadual do Paraná. Em 2021, observa-se que os anos iniciais do Ensino Fundamental apresentaram IDEB de 7,1, enquanto os anos finais registraram 5,2 e o Ensino Médio, 4,6, indicando uma queda progressiva do índice à medida que os estudantes avançam no percurso escolar (INEP, 2021).

A queda progressiva do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) nos anos finais do Ensino Fundamental e, sobretudo, no Ensino Médio, evidencia que os resultados educacionais não se distribuem de forma homogênea ao longo da educação básica no estado do Paraná. Esse movimento revela que, à medida que os estudantes avançam no percurso escolar, intensificam-se os efeitos das desigualdades sociais sobre a permanência e o desempenho escolar, indicando que a escola pública enfrenta limites concretos para garantir trajetórias escolares regulares em um contexto marcado por profundas desigualdades estruturais.

Nesse sentido, conforme analisa Freitas (2014), a concentração de melhores resultados nos anos iniciais do Ensino Fundamental não pode ser compreendida, de forma automática, como expressão de maior qualidade educacional. As políticas de avaliação em larga escala tendem a impactar com maior intensidade sobre essas etapas, promovendo padronização curricular, controle dos processos pedagógicos e mecanismos de responsabilização das escolas e dos profissionais da educação. Tal lógica contribui para a elevação dos indicadores numéricos sem, contudo, enfrentar as determinações sociais que atravessam o processo educativo.



Mészáros (2002), analisa que a educação, no interior da sociedade capitalista, encontra-se subordinada às exigências da reprodução social, limitando suas possibilidades de garantir condições efetivas de permanência e sucesso escolar. Neste sentido, os dados do IDEB no Paraná indicam que o direito à educação se materializa de forma desigual ao longo da educação básica, revelando os limites estruturais da política educacional frente às desigualdades produzidas pelo modo de produção capitalista.

É possível afirmar a partir da leitura crítica desses dados que as desigualdades expressas nos resultados do IDEB não podem ser enfrentadas exclusivamente por meio de intervenções pedagógicas ou administrativas, é necessário compreender que expressam determinações sociais mais amplas que atravessam a vida dos estudantes. Nesse contexto, a atuação do Serviço Social na educação básica se apresenta, ao possibilitar a mediação entre escola, políticas sociais e condições concretas de vida dos sujeitos, contribuindo para o enfrentamento das expressões da questão social que incidem sobre as trajetórias escolares.

Nessa perspectiva, conforme orienta o Conselho Federal de Serviço Social (2013), a atuação do Serviço Social na educação básica deve estar comprometida com a defesa do direito à educação e com o enfrentamento das expressões da questão social que atravessam o cotidiano escolar.

4.2 Distorção idade-série na educação básica

Neste item, analisa-se a distorção idade-série, indicador que complementa a leitura realizada a partir do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), apresentado no item anterior, ao possibilitar uma apreensão mais direta das trajetórias escolares dos estudantes da educação básica. Enquanto o IDEB expressa resultados médios relacionados ao desempenho e ao fluxo escolar, a distorção idade-série evidencia os efeitos cumulativos das desigualdades sociais sobre a permanência e a progressão regular dos estudantes ao longo do percurso educacional.

Nesse sentido, a distorção idade-série não pode ser compreendida como um problema individual ou como resultado exclusivo de dificuldades pedagógicas e/ou administrativas, por expressar determinações sociais mais amplas que atravessam o processo educativo da classe trabalhadora. Assim como observado na análise do IDEB, esse indicador revela que o direito à educação, embora formalmente assegurado, se materializa de maneira desigual ao longo da educação básica, especialmente nas etapas finais do ensino.

Conforme aponta o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2021), a distorção idade-série resulta, em grande medida, de trajetórias escolares marcadas por reprovação, abandono temporário e retorno tardio à escola. Esses fenômenos estão diretamente relacionados às condições objetivas de vida dos estudantes, como a pobreza, a necessidade de inserção precoce no mundo do trabalho, as desigualdades territoriais e a fragilização das políticas sociais, fatores que interferem diretamente de forma mais intensa à medida que os estudantes avançam no percurso escolar.



Nesse contexto, a Tabela 2 apresenta os dados de distorção idade-série na educação básica do estado do Paraná, por etapa de ensino e sexo, referentes ao ano de 2021, possibilitando visualizar a concentração da defasagem etária ao longo da trajetória escolar. A desagregação dos dados por gênero permite identificar diferenças significativas entre meninos e meninas, evidenciando que a distorção idade-série não se distribui de forma homogênea entre os estudantes. Tal recorte analítico contribui para aprofundar a compreensão das desigualdades educacionais, ao revelar como as determinações sociais incidem de maneira diferenciada sobre as trajetórias escolares.

Tabela 2 – Distorção idade-série na educação básica do Paraná, por etapa de ensino e sexo (2021)

Etapa da educação básica	Masculino (%)	Feminino (%)
Ensino Fundamental (pico da distorção (8º/9º ano))	18,2	11,1
Ensino Médio (2ª série)	17,3	11,8

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do INEP (2021).

Conforme apresentado na Tabela 2, os dados da distorção idade-série na educação básica do estado do Paraná evidenciam que esse fenômeno se concentra de forma mais intensa nos anos finais do Ensino Fundamental e, sobretudo, no Ensino Médio. Observa-se que os maiores percentuais de defasagem etária ocorrem no oitavo e nonos anos do Ensino Fundamental e na segunda série do Ensino Médio, indicando que as dificuldades de progressão escolar se aprofundam à medida que os estudantes avançam no percurso educacional.

Como podemos observar, os dados revelam uma diferença significativa entre os sexos, uma vez que a distorção idade-série afeta de forma mais acentuada sobre os estudantes do sexo masculino em todas as etapas analisadas. Essa desigualdade não pode ser explicada por fatores individuais, mas deve ser compreendida a partir das determinações sociais que incidem de maneira diferenciada sobre meninos e meninas no contexto da escola pública.

Conforme analisa Arroyo (2012), os meninos tendem a estar mais expostos à inserção precoce no mundo do trabalho, além de violências nos territórios e à pressão social para contribuir com a renda familiar, elementos que atravessam suas trajetórias de vida e impactam diretamente sua permanência e progressão escolar.

Além disso, é fundamental considerar que as desigualdades educacionais também são atravessadas pela questão racial, de acordo com Fanon (2005), a sociedade marcada pelo colonialismo e pelo racismo estrutural produz hierarquizações que afetam profundamente as possibilidades de reconhecimento, pertencimento e acesso aos bens socialmente produzidos.

Na educação, essas hierarquizações se expressam na exclusão simbólica e material de estudantes negros, que tendem a enfrentar maiores obstáculos à permanência e à progressão escolar. Nesse sentido, a distorção idade-série pode ser compreendida também como expressão das desigualdades raciais historicamente constituídas, revelando que o fracasso escolar não é neutro, mas atravessado por relações de poder que articulam classe, raça e território.



Portanto, conforme analisa Saviani (2008), as desigualdades educacionais decorrem das contradições estruturais da sociedade capitalista, manifestando-se no interior da escola como expressão das desigualdades sociais mais amplas. Nesse sentido, a distorção idade-série revela os limites das políticas educacionais frente às determinações estruturais da desigualdade social, evidenciando que a universalização formal do acesso à educação não garante, por si só, trajetórias escolares regulares e bem-sucedidas.

5. SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DOS INDICADORES EDUCACIONAIS

A análise dos indicadores educacionais evidencia que a educação, no interior da sociedade capitalista, encontra-se subordinada às exigências da reprodução social, limitando sua capacidade de responder, sozinha, às múltiplas expressões da questão social que atravessam o cotidiano escolar. Conforme analisa Mészáros (2002), a educação tende a operar como um mecanismo de adaptação dos sujeitos à ordem vigente, ainda que formalmente se apresenta como direito universal. Assim, os indicadores educacionais não expressam apenas resultados escolares, mas revelam os limites estruturais da política educacional diante das desigualdades produzidas pelo modo de produção capitalista.

É nesse contexto que se insere a atuação do Serviço Social na educação básica, enquanto profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, o/a Assistente Social possui atribuições que possibilitam a leitura crítica da realidade social e a intervenção sobre as expressões da questão social que atravessam o processo educativo. Conforme orienta o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2013), a atuação do assistente social na política de educação envolve a mediação entre escola, famílias, políticas públicas e rede de serviços, contribuindo para a construção de estratégias voltadas à garantia do direito à educação em sua dimensão material e concreta, e não apenas formal.

Segundo Gimenes; Souza e Matias (2021, p. 3-4), “os assistentes sociais são profissionais integrantes de uma categoria que foi gestada para atender as necessidades e interesses do capitalismo”, sendo o profissional mediador na relação entre capital e trabalho, da qual o profissional trabalha num movimento contraditório, isto é, da possibilidade de transformação da realidade social e da manutenção do sistema de acumulação capitalista.

Nesta perspectiva a atuação do Serviço Social na educação faz-se necessário devido o agravamento das expressões da questão social, como aponta Iamamoto (1998), sendo um conjunto de expressões das desigualdades sociais inerentes ao capitalismo, ou seja, não da desigualdade social oriunda da ausência de bens, mas de uma pobreza em meio a riqueza, necessitando uma atuação de caráter sócio-educativo de suas atribuições profissionais, que demandam uma intervenção qualificada diante de tais contradições.

Além disso, a atuação do Serviço Social na educação básica contribui de forma significativa para o fortalecimento da articulação intersetorial entre as políticas públicas. Essa articulação mostra-se fundamental para o enfrentamento das múltiplas determinações sociais



sobre as trajetórias escolares de estudantes em situação de vulnerabilidade social. A leitura crítica dos indicadores educacionais, nesse sentido, subsidia intervenções profissionais comprometidas com a ampliação das condições de permanência e conclusão da educação básica, especialmente nas etapas em que se concentram maiores índices de exclusão escolar.

A educação, nesse cenário, ocupa lugar central tanto nas lutas sociais voltadas à superação das desigualdades estruturais quanto na agenda intelectual e política de educadores e cientistas sociais comprometidos com a defesa dos direitos sociais. Como destaca Almeida (2007), a educação constitui um espaço estratégico de disputa de projetos societários, no qual se expressam tanto os limites impostos pela ordem do capital quanto às possibilidades de construção de práticas contra-hegemônicas.

Cabe destacar que um marco importante para a consolidação da atuação do Serviço Social na educação básica ocorreu com a promulgação da Lei n.º 13.935/2019, que instituiu a obrigatoriedade da presença de profissionais de Psicologia e Serviço Social nas redes públicas de educação básica. Essa conquista é resultado de uma longa trajetória de mobilização e luta das categorias profissionais, que reivindicam o reconhecimento da complexidade das demandas educacionais e da necessidade de equipes multiprofissionais no âmbito escolar.

Entretanto, embora sancionada em 2019, a implementação da Lei n.º 13.935 ainda enfrenta desafios significativos, especialmente no que se refere à infraestrutura das redes de ensino, à contratação dos profissionais e à garantia de condições adequadas de trabalho. Somase a esse cenário a conjuntura política e econômica recente, marcada por restrições orçamentárias e pelos impactos da pandemia da COVID-19, que aprofundaram as desigualdades sociais e dificultaram a efetivação da política educacional em sua integralidade.

Dessa forma, a atuação do Serviço Social na educação básica, articulada à análise crítica dos indicadores educacionais, evidencia-se como uma contribuição relevante para o enfrentamento das desigualdades educacionais, ao problematizar os limites estruturais da política educacional e intervir sobre as expressões da questão social no sistema educativo. O Serviço Social reafirma seu compromisso ético-político com a defesa dos direitos sociais e com a construção de uma educação pública que ultrapasse os limites da mera adaptação à ordem social vigente.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos indicadores educacionais da educação básica no estado do Paraná evidenciou que as desigualdades educacionais se intensificam ao longo das etapas de ensino, tornando-se mais expressivas nos anos finais do Ensino Fundamental e, sobretudo, no Ensino Médio. Os dados referentes ao IDEB e à distorção idade-série demonstram que o direito à educação, embora formalmente assegurado, materializa-se de forma desigual, sendo profundamente atravessado pelas expressões da questão social que atravessam a vida dos estudantes da escola pública.

A leitura crítica dos indicadores permite compreender que estes não se constituem como



instrumentos neutros ou meramente técnicos, mas como expressões objetivas das condições sociais historicamente determinadas que conformam o acesso, a permanência e o sucesso escolar. Neste sentido, os baixos índices de desempenho e as trajetórias marcadas pela defasagem etária não podem, portanto, ser explicados por perspectivas individualizantes ou moralizantes, mas devem ser analisados como manifestações das contradições estruturais da sociedade capitalista. (MÉSZÁROS, 2002).

Nesse sentido, a educação configura-se como mediação da reprodução social, inserida na totalidade social, é atravessada pelas contradições próprias do modo de produção capitalista. Ao mesmo tempo, em que se apresenta como espaço de possibilidade de transformação social, a escola também participa da reprodução das desigualdades, evidenciando seu caráter contraditório enquanto política social.

Os dados analisados reafirmam, ainda, que as desigualdades educacionais não se expressam de forma homogênea entre os sujeitos, sendo atravessadas pelas determinações de classe, raça, gênero e território. Conforme Fanon (2005), o colonialismo e o racismo estrutural produzem hierarquizações desiguais em relação às trajetórias escolares de estudantes negros e da classe trabalhadora, resultando em exclusões simbólicas e materiais que se expressam nos indicadores educacionais.

Diante desse cenário, a atuação do Serviço Social na educação mostra-se fundamental, já que possibilita a leitura crítica da realidade social e a intervenção sobre as expressões da questão social que atravessam o cotidiano escolar. Conforme orienta o CFESS (2013), a atuação profissional contribui para o enfrentamento de abordagens individualizantes, fortalecendo práticas comprometidas com a defesa dos direitos sociais e com a construção de estratégias que ampliem as condições materiais de permanência escolar.

Por fim, este estudo reafirma que a análise crítica dos indicadores educacionais constitui uma ferramenta central para a compreensão das desigualdades educacionais e para o fortalecimento da política de educação pública, evidenciando os limites estruturais da sociedade capitalista na efetivação do direito social à educação e reafirmando o compromisso ético-político do Serviço Social pela defesa da educação enquanto direito social e como possibilidade de transformação humana.



7. REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Educação e Serviço Social: um campo em disputa. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 91, p. 5–24, 2007.
- ARROYO, Miguel González. *Fracasso-sucesso: o peso da cultura escolar e do ordenamento da educação básica*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BRASIL. Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica. *Diário Oficial da União*, Brasília, 12 dez. 2019.
- CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação*. Brasília: CFESS, 2013.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2005.
- FREITAS, Luiz Carlos de. *Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação*. Campinas: Autores Associados, 2014.
- GIMENES, Érica; SOUZA, Patrícia de; MATIAS, Marina. Serviço Social e educação: desafios e possibilidades de atuação profissional. *Revista Serviço Social em Perspectiva*, v. 5, n. 1, p. 1–15, 2021.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 12. ed. São Paulo: Cortez, 1998.
- IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 12. ed. São Paulo: Cortez; Lima: CELATS, 1998.
- INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB): resultados por estado*. Brasília: INEP, 2021.
- INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Censo Escolar da Educação Básica 2021: resumo técnico*. Brasília: INEP, 2022.
- INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Indicadores educacionais da educação básica*. Brasília: INEP, 2023.
- LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MÉSZÁROS, István. *Marxismo e direitos humanos*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.
- OLIVEIRA, Esdras Tavares. *Pós-Graduação e Serviço Social: disputas em torno da avaliação da CAPES*. 2024. 251 f. Tese (Doutorado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2024.
- SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia*. 41. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.